



PLANEJAMENTO *Estratégico*

2021-2026

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
Campinas/SP

1ª REVISÃO TÉCNICA

COMITÊ DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA

Ana Paula Pellegrina Lockmann

DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRT-15

HELICIO DANTAS LOBO JUNIOR

DESEMBARGADOR VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVO

RENAN RAVEL RODRIGUES FAGUNDES

DESEMBARGADOR CORREGEDOR REGIONAL

LEVI ROSA TOMÉ

DESEMBARGADOR COORDENADOR DA COMISSÃO DE
PRIORIZAÇÃO DE 1º GRAU

SÉRGIO POLASTRO RIBEIRO

JUIZ AUXILIAR DA PRESIDÊNCIA

ADLEI CRISTIAN CARVALHO PEREIRA SCHLOSSER

DIRETOR-GERAL

EDNAMARA APARECIDA GONÇALVES CÂMARA

SECRETÁRIA-GERAL JUDICIÁRIA

EDVILTON BERGAMASCO FONTES GALANTE

SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA, LOGÍSTICA E MANUTENÇÃO
PREDIAL

LUIZ HENRIQUE DE FREITAS PEREIRA

SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS

WILTON BORBA CANICOBA

DESEMBARGADOR VICE-PRESIDENTE JUDICIAL

EDISON DOS SANTOS PELEGRINI

DESEMBARGADOR VICE-CORREGEDOR REGIONAL

ANDREA GUELFY CUNHA

DESEMBARGADORA GESTORA DE METAS

AMANDA BARBOSA

JUÍZA TITULAR DA 4ª VARA DO TRABALHO DE RIBEIRÃO PRETO

ADRIANA MARTORANO AMARAL CORSETTI

SECRETÁRIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

ANA SILVIA DAMASCENO CARDOSO BUSON

SECRETÁRIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

HERBERT WITTMANN

SECRETÁRIO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES

IARA CRISTINA GOMES

ASSESSORA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Portaria GP Nº 031/2026

EQUIPE TÉCNICA DE ELABORAÇÃO - ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA:
IARA CRISTINA GOMES, HELEN PAES E DANIEL GRANATO

SUMÁRIO

- 01** CONTROLE DE VERSÕES
- 02** APRESENTAÇÃO
- 03** REVISÃO DO PLANO ESTRATÉGICO
- 04** MISSÃO, VISÃO E VALORES
- 05** CADEIA DE VALOR
- 06** AMBIENTE INTERNO E EXTERNO
- 07** MAPA ESTRATÉGICO DO TRT-15
- 08** MAPA ESTRATÉGICO DO PODER JUDICIÁRIO 2021-2026
- 09** ALINHAMENTO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS AOS MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO
- 10** PERSPECTIVAS, OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, INDICADORES E METAS
- 11** RESULTADOS DO PLANO ESTRATÉGICO E ACOMPANHAMENTO DAS INICIATIVAS ESTRATÉGICAS



CONTROLE DE VERSÕES

VERSÃO 1.0	06/07/2021	 Primeira Versão
VERSÃO 2.0	01/04/2025	 Inclusão dos valores “agilidade” e “sustentabilidade”  Inclusão dos seguintes indicadores: • Índice de Satisfação - IS • Índice de Ações Integradas de Comunicação Social - IAIC • Índice de Divulgação da Memória Institucional - IDMI • Índice de Inovação - II • Índice de Combate ao Trabalho Infantil - ICTI • Índice de Desempenho do Trabalho Decente - IDTD • Índice de Desempenho Ambiental - IDA • Índice de Desenvolvimento Sustentável (TRT-15) - IDS • Índice de integridade - IIInt • Índice de capacitação em precedentes obrigatórios - ICPO • Índice de efetividade das ações de melhoria da governança pública - IEAMGP • Índice de aderência do planejamento da execução orçamentária - IAPEX • Índice de aderência do planejamento da execução orçamentária de projetos - IAPPEP • Índice de promoção da saúde de magistrados e servidores – IPSMS • Índice de efetividade da prevenção e do enfrentamento da violência, do assédio e da discriminação – IEPEVAD • Índice de conformidade com a privacidade e proteção de dados dos usuários - ICPPDU  Exclusão dos seguintes indicadores: • Índice de Integração da Agenda 2030 ao Poder Judiciário • Índice de Transparência (Res. 215/325-CNJ) • Índice de Realização de Audiências nos CEJUSCs (formato anterior) • Tempo Médio de Tramitação de Processos Administrativos Disciplinares • Índice de Desempenho dos Órgãos no Prêmio CNJ de Qualidade nos Eixos “Governança” e “Qualidade da informação”. Res. 325/CNJ • Índice de Execução das dotações para Despesas Discricionárias • Índice de Processos Judiciais Eletrônicos • Índice de satisfação com os sistemas de TIC

CONTROLE DE VERSÕES

VERSÃO 3.0	15/09/2026	 • Atualização das Metas Nacionais 1, 2, 3, 5 e 9 • ICTI como Meta Específica 5 • IPSMS como Meta Específica 1 • Inclusão de IEESO, IPCJ e IPERJT • Linha de base do IS • Período base do IDA • Definição do ICPPDU • Revogação da meta ICPO de 2026. A revogação não exclui o objetivo estratégico de demandas repetitivas.
-----------------------------	------------	---

APRESENTAÇÃO

O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região apresenta o Plano Estratégico Institucional – Ciclo 2021–2026, revisado para assegurar seu alinhamento à Estratégia Nacional do Poder Judiciário, instituída pela Resolução CNJ nº 325/2020.

A presente atualização incorpora as Metas Nacionais do Poder Judiciário para 2026 aplicáveis à Justiça do Trabalho e considera as alterações promovidas pela Resolução CSJT nº 444/2026 no Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho, anteriormente revisado pela Resolução CSJT nº 388/2024. Contempla, também, as metas específicas do segmento, de modo a refletir os compromissos estabelecidos para o último ano do ciclo.

O Plano está estruturado em objetivos, metas, indicadores de desempenho e iniciativas estratégicas que orientam a atuação institucional e permitem acompanhar os resultados alcançados. Os indicadores e suas respectivas metas foram atualizados para refletir as disposições vigentes em 2026, preservando as referências históricas pertinentes.

As metas nacionais do Poder Judiciário podem ser consultadas no portal do CNJ, disponível em: <https://www.cnj.jus.br/gestao-estrategica-e-planejamento/metas/>. As metas da Justiça do Trabalho podem ser acompanhadas no painel estatístico do CSJT, disponível em: <https://www.csjt.jus.br/web/seggest/estatistica>. No âmbito deste Tribunal, as metas podem ser acompanhadas por meio da página de Estatísticas, disponível em: <https://trt15.jus.br/transparencia/estatisticas-processuais>.

Os resultados são apurados anualmente e disponibilizados para consulta pública na página de Gestão Estratégica do Tribunal, no endereço: <https://trt15.jus.br/institucional/gestao-estrategica>.

REVISÃO DO PLANO ESTRATÉGICO

Metodologia e Fundamentação

O Plano Estratégico Institucional do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região está alinhado ao Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho (PE-JT), cuja revisão para o período de 2024 a 2026 foi aprovada pela Resolução CSJT nº 388/2024.

Esse alinhamento observa as diretrizes da Resolução CSJT nº 387/2024, que institui o Modelo de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, compreendendo:

- I – a identidade da missão institucional com a da Justiça do Trabalho;
 - II – a observância dos objetivos estratégicos nacionais;
 - III – a replicação dos valores, indicadores e metas definidos no âmbito da Justiça do Trabalho;
 - IV – a possibilidade de inclusão de aspectos específicos relacionados às peculiaridades institucionais;
 - V – a recomendação de adoção anual de número limitado de indicadores por objetivo estratégico.
-

Em 2026, o documento foi atualizado pela Assessoria de Gestão Estratégica para incorporar as metas nacionais do CNJ e as metas específicas da Justiça do Trabalho aplicáveis ao exercício, bem como as alterações decorrentes da 3ª Revisão Técnica do PE-JT, aprovada pela Resolução CSJT nº 444/2026.

A atualização contempla a definição da meta do Índice de Conformidade com a Privacidade e Proteção de Dados dos Usuários (ICPPDU), a revogação da meta de 2026 do Índice de Capacitação em Precedentes Obrigatórios (ICPO) e a adequação da meta do Índice de Desempenho Ambiental (IDA), com a identificação, em 2026, do consumo de energia não renovável e do descarte de resíduos sólidos em aterro.

Essas adequações atualizam os indicadores e as metas para o último exercício do ciclo 2021–2026, preservando a identidade institucional, os objetivos estratégicos e a estrutura do Plano.

MISSÃO, VISÃO, VALORES

MISSÃO

Realizar Justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.

VISÃO

Ser reconhecida como Justiça ágil e efetiva, que contribua para a pacificação social e o desenvolvimento sustentável do país.

VALORES

Acessibilidade; Comprometimento; Efetividade; Eficiência; Ética; Inovação; Respeito à diversidade; Segurança jurídica; Responsabilidade Socioambiental, Transparência; Valorização das pessoas; Celeridade; Credibilidade; Solidariedade Social; Agilidade e Sustentabilidade.



CADEIA DE VALOR



AMBIENTE INTERNO

FORÇAS

- APERFEIÇOAMENTO E IMPLANTAÇÃO DAS SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
- FORMAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E COMPROMETIMENTO DOS MAGISTRADOS E SERVIDORES
- INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA
- CELERIDADE NA FASE DE CONHECIMENTO
- POLÍTICA DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS DE CONFLITOS
- SISTEMAS ADMINISTRATIVOS EFICIENTES
- TRANSPARÊNCIA
- CAPACIDADE DE INOVAÇÃO E ADAPTAÇÃO ÀS ADVERSIDADES
- AMPLIAÇÃO DA UNIFORMIZAÇÃO DAS ROTINAS DE TRABALHO

FRAQUEZAS

- INSUFICIÊNCIA DO QUADRO DE PESSOAL
- DEFICIÊNCIA DA DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO
- DEFICIÊNCIA NA COMUNICAÇÃO DA ESTRATÉGIA E ENTRE AS UNIDADES, SUBUTILIZANDO O TELETRABALHO
- POUCO INVESTIMENTO EM INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
- BAIXA EFETIVIDADE NAS EXECUÇÕES TRABALHISTA E FISCAL
- DEFICIÊNCIA NA COMUNICAÇÃO INTERNA/EXTERNA
- POUCA MATURIDADE EM GESTÃO DE PESSOAS
- POUCA VALORIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE GESTÃO E GOVERNANÇA

AMBIENTE INTERNO E EXTERNO

AMBIENTE EXTERNO

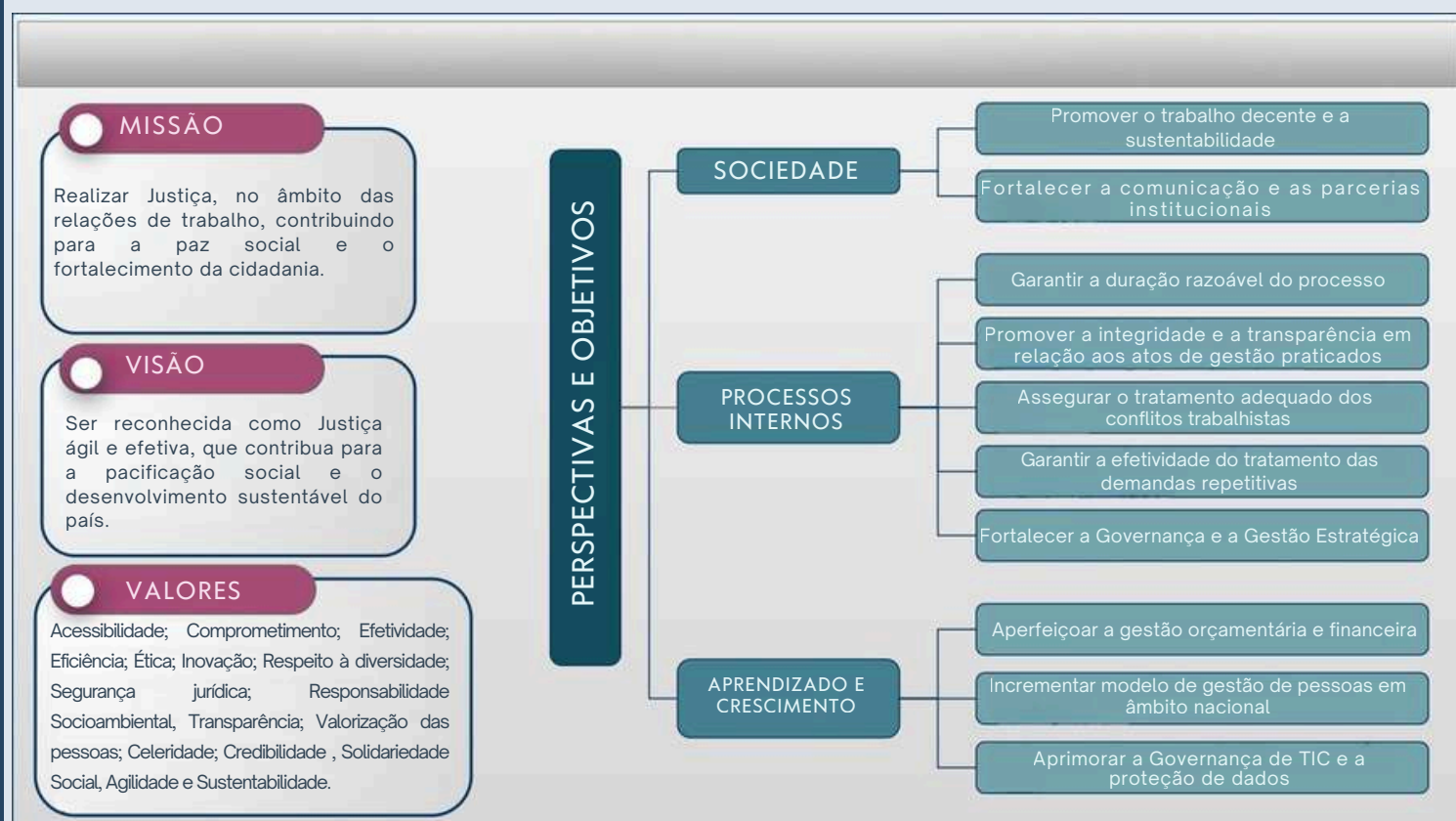
OPORTUNIDADES

- MAIOR COMUNICAÇÃO ENTRE OS TRIBUNAIS PARA INTERCÂMBIO DE BOAS PRÁTICAS
- INOVAÇÃO TECNOLÓGICA APLICÁVEL À JUSTIÇA DO TRABALHO
- FOMENTAR PARCERIAS INSTITUCIONAIS
- INOVAÇÕES EM GESTÃO DE PESSOAS E DO TRABALHO, COM A DEVIDA DIVULGAÇÃO E COMPARTILHAMENTO DAS IDEIAS

AMEAÇAS

- ACENTUADA RESTRIÇÃO ORÇAMENTÁRIA
- AUMENTO DA DEMANDA
- PERCEPÇÃO EQUIVOCADA DA RELEVÂNCIA DOS DIREITOS SOCIAIS DA JUSTIÇA DO TRABALHO
- QUESTIONAMENTO DA RELEVÂNCIA DOS DIREITOS SOCIAIS E DA JUSTIÇA DO TRABALHO
- CENÁRIO POLÍTICO E SOCIOECONÔMICO DESFAVORÁVEL
- IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19
- REDUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO
- FALTA DE UMA POLÍTICA SALARIAL PARA REPOSIÇÃO DAS PERDAS INFLACIONÁRIAS DA REMUNERAÇÃO DE PESSOAL
- BAIXA QUALIDADE DA INFRAESTRUTURA DE TELECOMUNICAÇÃO NO PAÍS

MAPA ESTRATÉGICO DO TRT 15



MAPA ESTRATÉGICO DO PODER JUDICIÁRIO 2021-2026



ALINHAMENTO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS AOS MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO

Perspectiva	Macrodesafios (CNJ)	Objetivos Estratégicos (CSJT)
Sociedade	Fortalecimento da relação institucional do Judiciário com a sociedade	Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais
	Garantia dos direitos fundamentais	
	Promoção da sustentabilidade	Promover o trabalho decente e a sustentabilidade
	Garantia dos direitos fundamentais	
Processos Internos	Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional.	Garantir a duração razoável do processo
	Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais.	Promover a integridade e a transparência em relação aos atos de gestão praticados.
	Prevenção de litígio e adoção de soluções consensuais para os conflitos.	Assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas
	Consolidação dos sistemas de precedentes obrigatórios.	Garantir a efetividade do tratamento das demandas repetitivas
	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária.	Fortalecer a governança e a gestão estratégica
Aprendizado e Crescimento	Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira	Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira
	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas	Incrementar modelo de gestão de pessoas em âmbito nacional
	Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados	Aprimorar a governança de TIC e a proteção de dados

PERSPECTIVAS, OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, INDICADORES E METAS

PERSPECTIVA	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS (CSJT)	INDICADORES (CNJ/CSJT/TRT15)	METAS (CNJ/CSJT/TRT15)
SOCIEDADE	FORTALECER A COMUNICAÇÃO E AS PARCERIAS INSTITUCIONAIS	Índice de satisfação – IS (CSJT)	2026: estabelecer a linha de base do Índice de Satisfação.
		Índice de ações integradas de comunicação social – IAIC (CSJT)	2025 e 2026: aderir a 100% das ações conjuntas de comunicação social definidas no Calendário Nacional Anual de Ações Conjuntas de Comunicação Social da Justiça do Trabalho.
		Índice de divulgação de memória institucional – IDMI (CSJT)	2025: alcançar 50% do índice de divulgação de memória institucional até dezembro de 2025. 2026: alcançar 100% do índice de divulgação de memória institucional até dezembro de 2026.
	PROMOVER O TRABALHO DECENTE E A SUSTENTABILIDADE	Índice de inovação – II (CNJ)	Meta Nacional 9 de 2026: Desenvolver, no ano de 2026, dois projetos inovadores, um com foco na melhoria dos serviços judiciais (atividade finalística), e um com foco na melhoria organizacional (processos internos), relacionados a um dos Macrodesafios da Estratégia Nacional, a partir dos Laboratórios de Inovação de ao menos duas instituições públicas.
		Índice de combate ao trabalho infantil – ICTI (CNJ)	Meta Específica 5 de 2026: Promover, no âmbito do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem, pelo menos uma ação atinente ao programa, por meio do estabelecimento de parcerias interinstitucionais.
		Índice de desempenho do trabalho decente – IDTD (CSJT)	2024, 2025 e 2026: alcançar 100% de desempenho do trabalho decente.
		Índice de desempenho ambiental – IDA (CSJT)	2025 e 2026: Identificar o consumo mensal de energia não renovável do órgão e o descarte de resíduos sólidos em aterro.
		Índice de Desenvolvimento Sustentável – IDS (TRT-15)	2025: Atingir um Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) de 71%, garantindo a implementação de práticas sustentáveis e o cumprimento dos objetivos de desenvolvimento sustentável estabelecidos pelo Tribunal e, em 2026: 75%.

PERSPECTIVA	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS (CSJT)	INDICADORES (CNJ/CSJT/TRT15)	METAS (CNJ/CSJT/TRT15)
PROCESSOS INTERNOS	GARANTIR A DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO	Índice de processos julgados – IPJ (CNJ)	Meta Nacional 1 de 2026: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos de 20/12/2025 a 19/12/2026, excluídos os suspensos e sobrestados de 20/12/2025 a 19/12/2026.
		Índice de processos antigos julgados – IPAJ (CNJ)	Meta Nacional 2 de 2026: Identificar e julgar até 31/12/2026, desconsiderados os processos que estiverem suspensos ao final de 2026 ou que forem dessobrestados durante o ano de 2026, pelo menos 94% dos processos distribuídos até 31/12/2024 nos 1º e 2º graus e 99% dos processos pendentes de julgamento há 5 anos (2021) ou mais.
		Taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais – TCLNFISC (CNJ)	Meta Nacional 5 de 2026: Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2025, ou alcançar taxas de, no máximo, 40% na fase de conhecimento e 45% na fase de execução.
		Índice de execuções extintas por satisfação da obrigação – IEESO (CNJ)	Meta Específica 3 de 2026: Aumentar o índice de execuções extintas por satisfação da obrigação em 0,5 ponto percentual em relação à média do biênio anterior ou alcançar, no mínimo, 80% de execuções extintas por esse fundamento, excluídas as execuções fiscais.
	PROMOVER A INTEGRIDADE E A TRANSPARÊNCIA EM RELAÇÃO AOS ATOS DE GESTÃO PRATICADOS	Índice de integridade – IInt (CSJT)	2024: alcançar 100 pontos na avaliação de integridade e transparência. (Meta prevista apenas para 2024)
	ASSEGURAR O TRATAMENTO ADEQUADO DOS CONFLITOS TRABALHISTAS	Índice de conciliação – IC (CNJ)	Meta Nacional 3 de 2026: Aumentar o Índice de Conciliação na fase de conhecimento em 0,5 ponto percentual em relação à média do biênio 2023/2024 ou alcançar, no mínimo, 38% de conciliação.
		Índice de promoção da cooperação judiciária – IPCJ (CNJ)	Meta Específica 4 de 2026: 1. Implantar, em cada estado, Comitê Executivo Estadual composto por representantes de cada um dos ramos do Poder Judiciário, conforme previsto no art. 7º da Resolução CNJ nº 350/2020. 2. Celebrar pelo menos 1 (um) acordo com instituições parceiras para a prevenção e a resolução consensual de litígios.
	GARANTIR A EFETIVIDADE DO TRATAMENTO DAS DEMANDAS REPETITIVAS	Índice de capacitação em precedentes obrigatórios – ICPO (CSJT)	2025: capacitar 25% dos magistrados e servidores do 2º grau de jurisdição e 15% dos magistrados e servidores do 1º grau de jurisdição na trilha de aprendizagem de precedentes obrigatórios disponibilizada em plataforma. 2026: Meta revogada pela Resolução CSJT nº 444/2026.
	FORTALECER A GOVERNANÇA E A GESTÃO ESTRATÉGICA	Índice de efetividade das ações de melhoria da governança pública – IEAMGP (CSJT)	2025 e 2026: alcançar 100% de efetividade das ações de melhoria da governança definidas no Relatório Sintético da Governança Organizacional Pública da Justiça do Trabalho.

PERSPECTIVA	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS (CSJT)	INDICADORES (CNJ/CSJT/TRT15)	METAS (CNJ/CSJT/TRT15)
APRENDIZADO E CRESCIMENTO	APERFEIÇOAR A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	Índice de cumprimento da Lei Complementar nº 200/2023 – ICLC200 (CSJT)	2024, 2025 e 2026: pagar até o limite de 100% das despesas primárias, inclusive seus restos a pagar, ao final do exercício financeiro.
		Índice de aderência do planejamento da execução orçamentária – IAPEx (CSJT)	2024: atingir, respectivamente, 85% e 65% de aderência ao planejamento da execução orçamentária do GND3 e do GND4. 2025: atingir, respectivamente, 90% e 70% de aderência ao planejamento da execução orçamentária do GND3 e do GND4. 2026: atingir, respectivamente, 95% e 75% de aderência ao planejamento da execução orçamentária do GND3 e do GND4.
		Índice de aderência do planejamento da execução orçamentária de projetos – IAPeP (CSJT)	2024: atingir 50% de aderência ao planejamento da execução orçamentária de projetos. 2025: atingir 65% de aderência ao planejamento da execução orçamentária de projetos. 2026: atingir 75% de aderência ao planejamento da execução orçamentária de projetos.
	INCREMENTAR MODELO DE GESTÃO DE PESSOAS EM ÂMBITO NACIONAL	Índice de promoção da saúde de magistrados e servidores – IPSMS (CNJ)	Meta Específica 1 de 2026: Instituir, anualmente, o Plano de Qualidade de Vida do tribunal e alcançar: a) a participação de pelo menos 10% do número total de magistrados(as) ativos(as) e de pelo menos 15% do número total de servidores(as) ativos(as) no TRT, considerando o quantitativo total de participantes distintos, no conjunto de ações de qualidade de vida planejadas; b) a realização de exames periódicos de saúde em pelo menos 15% dos(as) magistrados(as) e em pelo menos 15% dos(as) servidores(as); c) a promoção de pelo menos 3 (três) ações com vistas a reduzir a incidência de casos de uma das cinco doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde do ano anterior ou de uma das cinco maiores causas de absenteísmo do ano anterior; d) a promoção de pelo menos 1 (uma) ação em que participem terceirizados(as), estagiários(as) e aprendizes.
		Índice de efetividade da prevenção e do enfrentamento da violência, do assédio e da discriminação – IEPEVAD (CSJT)	2024: alcançar 41 pontos na avaliação de Prevenção e Enfrentamento da Violência, do Assédio e de Todas as Formas de Discriminação para os itens D1.1, D1.2, D1.3, D2.1 e D3.1, até dezembro de 2024. 2025: alcançar 20 pontos na avaliação de Prevenção e Enfrentamento da Violência, do Assédio e de Todas as Formas de Discriminação para os itens D1.4, D2.3.1, D2.3.2, D2.3.3 até dezembro de 2025. 2026: alcançar 25 pontos na avaliação de Prevenção e Enfrentamento da Violência, do Assédio e de Todas as Formas de Discriminação para o item D4.1, até dezembro de 2026.
		Índice de Promoção da Equidade Racial da Justiça do Trabalho – IPERJT (CNJ)	Meta Específica 2 de 2026: Aumentar o índice de Promoção da Equidade Racial (IPER) em 5% em relação ao desempenho de 2025, ou alcançar, no mínimo, 50% da pontuação geral do IPER.
	APRIMORAR A GOVERNANÇA DE TIC E A PROTEÇÃO DE DADOS	Índice de conformidade com a privacidade e proteção de dados dos usuários – ICPPDU (CSJT)	2026: Alcançar, no Indicador de Maturidade de Privacidade (iPriv) do Programa de Avaliação de Maturidade de Segurança Cibernética e Privacidade para a Justiça do Trabalho, nível superior ao aferido em 2025 ou manter nível igual ou superior a 4.

RESULTADOS DO PLANO ESTRATÉGICO

Os resultados do Plano Estratégico Institucional do TRT-15 são apurados anualmente e disponibilizados para consulta pública na página institucional do Tribunal.

O acesso pode ser realizado por meio do endereço:
<https://trt15.jus.br/institucional/gestao-estrategica>

ACOMPANHAMENTO DAS INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

As iniciativas estratégicas têm a função de apoiar o alcance dos objetivos estabelecidos no Plano Estratégico Institucional, funcionando como ações estruturadas que direcionam esforços, recursos e prioridades do Tribunal.

Elas orientam a execução da estratégia, contribuem para o aprimoramento dos processos e fortalecem o cumprimento das metas definidas para cada ciclo, assegurando que a atuação institucional permaneça alinhada aos resultados esperados.

As informações sobre as iniciativas estão disponíveis em:
<https://trt15.jus.br/institucional/gestao-estrategica/transparencia-e-prestacao-de-contas-iniciativas>



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
Campinas/SP

Assessoria de Gestão Estratégica - AGE
age.presidencia@trt15.jus.br